

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CARLOS HENRIQUE MACHADO

ADRIANO THOMÉ MACHADO

MARCEL HENRIQUE THOMÉ MACHADO

SAMIRA MARIA THOMÉ MACHADO

Jaguaruna/SC

2023

Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado consoante determinado na decisão de Evento 464 nos autos do Processo nº 5000184-20.2021.8.24.0282 em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Jaguaruna/SC.

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	5
1.1	Termos e Definições.....	5
2.	APRESENTAÇÃO DOS REQUERENTES E HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	6
3.	ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	10
3.1	Lista de Credores dos Impetrantes	10
3.2	Plano de Reestruturação Operacional.....	10
3.2.1	Área Administrativa	10
3.2.2	Área Financeira	11
3.2.3	Área Comercial	11
3.2.4	Área Operacional.....	11
4.	MEIOS DE RECUPERAÇÃO.....	12
5.	PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES	12
5.1	Proposta de Pagamento para a Classe I – Credores Trabalhistas	13
5.2	Proposta de Pagamento ao Credor Detentor de Garantia Real - Classe II	13
5.3	Credores Quirografários Classe III e IV – Créditos Enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	16
5.4	Juros e Atualização Monetária	17
5.5	Credores Não Sujeitos.....	18
6.	ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA PROPOSTA DE PAGAMENTO	18
7.	FORMA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES	19
8.	CRÉDITOS CONTINGENTES – IMPUGNAÇÕES DE CRÉDITO E ACORDOS	19
9.	EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	20
9.1	Novação da Dívida.....	20
9.2	Da Quitação.....	20
9.3	Da Baixa de Penhoras e Restrições sobre Bens e Direitos dos Recuperandos.....	20
10.	PUBLICIDADE DOS PROTESTOS	20
11.	POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	21
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento foi elaborado com o propósito de abranger e estabelecer os termos do Plano de Recuperação Judicial, proposto sob a égide da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (*Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 - “Lei de Recuperação de Empresas”*), dos PRODUTORES RURAIS REQUERENTES, CARLOS HENRIQUE MACHADO, brasileiro, casado, empresário, inscrição estadual nº 011263415, inscrito no CPF nº 295.734.839-04 e portador do RG nº 4.059.138 SSP/SC, SAMIRA MARIA THOME MACHADO, brasileira, casada, empresária, inscrição estadual nº 014024756, inscrita no CPF nº 645.686.109-82 e portadora do RG nº 5.919.594-5 SSP/SC, MARCEL HENRIQUE THOME MACHADO, brasileiro, casado, empresário, inscrição estadual nº 014031760, inscrito no CPF nº 004.796.389-18 e portador do RG nº 4.059.138 SSP/SC, e ADRIANO THOME MACHADO, brasileiro, casado, empresário, inscrição estadual nº 014031779, inscrito no CPF nº 041.449.689-28 e portador do RG nº 3.460.438 SSP/SC, todos com endereço comercial situado na Estrada Geral Olho D’água, s/n, Interior, em Jaguaruna/SC, CEP: 88715-000.

Os requerentes, que desenvolvem atividade rural em suas propriedades situadas Estrada Geral Olho D’água, s/n, Interior, em Jaguaruna/SC, CEP: 88715-000., requereram em 21 de janeiro de 2021 a concessão do benefício legal da Recuperação Judicial, com fulcro nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05, tendo seu processo distribuído perante a 1ª Vara da Comarca de Jaguaruna/SC, e o deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorrido em 15 de abril de 2021, pelo Exmo. Dr. JOSE ANTONIO VARASCHIN CHEDID.

O plano ora apresentado propõe condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas e demonstra a viabilidade econômico-financeira dos negócios dos produtores rurais, bem como a compatibilidade entre a proposta de pagamento aos credores e a geração dos recursos financeiros no prazo proposto, consoante os artigos 50, 53 e 54 da Lei 11.101/2005.

1.1 Termos e Definições

Os termos e expressões abaixo, sempre que utilizados neste documento, terão os significados que lhes são atribuídos neste item. As definições são aplicáveis no singular e no plural, no masculino ou no feminino, sem alteração de significado. A lista abaixo

não prejudica outras definições que venham a ser introduzidas ao longo de todo o Plano de Recuperação Judicial:

- **“Plano”**: Plano de Recuperação Judicial apresentado pelos produtores.
- **“LFR”**: Lei 11.101/2005 - Lei de Falências e Recuperações.
- **“Recuperandos”**: Os produtores rurais Carlos Henrique Machado; Adriano Thomé Machado; Marcel Henrique Thomé Machado; Samira Maria Thomé Machado
- **“Administrador Judicial”**: Rafael Mendonça
- **“Juízo da Recuperação Judicial”**: 1ª Vara da Comarca de Jaguaruna/SC.
- **“Partes Isentas”**: Produtores Rurais
- **“AGC”**: Assembleia Geral de Credores, a ser convocada e instalada na forma prevista na LFR.
- **“Créditos Concurtais”**: são os créditos sujeitos aos efeitos do processo de Recuperação Judicial e existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com os produtores.
- **“Projeção de Resultado Econômico-Financeiro e Laudo de Viabilidade Econômico-Financeiro”**: vide Anexo I
- **“Laudo de Avaliação de Ativos”**: vide Anexo II
- **“Data Inicial”**: Para todas as propostas apresentadas, é a data utilizada como base para contagem dos prazos de pagamentos, juros e atualização monetária e que será a **data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial e concessão da Recuperação Judicial, todavia, havendo interposição de recurso de Embargos de Declaração, a data inicial passará a ser a data da publicação da decisão proferida nos Embargos de Declaração.**

2. APRESENTAÇÃO DOS REQUERENTES E HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

Os impetrantes atuam como produtores rurais, precipuamente na produção de arvores de corte, criação de gado, criação de frangos para corte, pintos de um dia e criação de outros galináceos e agricultura.

As atividades dos empresários rurais, iniciaram-se por meio da aquisição, em 2004, por Carlos Henrique Machado, na qualidade de produtor rural, de um complexo industrial que englobava duas granjas, em Morro Grande e Olho D'água, ambas na cidade de Jaguaruna/SC, uma fábrica de rações em Içara/SC, e um incubatório em Orleans/SC.

A principal atividade à época com a aquisição deste complexo era a criação de aves matrizes para produção de ovos férteis, com o objetivo do fornecimento de aproximadamente dois milhões e quinhentos mil pintinhos de um dia para seus principais clientes, quais sejam JBS, BRF, Aurora, Lar, Friaves, entre outros.

Essa atividade, consumia aproximadamente 1.100 toneladas de ração por mês para alimentação das matrizes reprodutoras.

Além disso, entre os anos de 2004 e 2015, os produtores rurais, através de empresa constituída exclusivamente para este fim, firmou parceria de produção de aproximadamente 350 ton/mês de ração farelada como forma de prestação de serviços de industrialização junto à empresa Perdigão Agroindustrial, a qual mais tarde tornou-se BRF S/A. Assim, o volume total de ração produzida era de aproximadamente 1.500 ton/mês entre produção própria e prestação de serviços de industrialização.

Referida empresa também realizava a industrialização de ração para os Impetrantes, todos produtores rurais, sendo a atividade desta complementar aos demais negócios da família. Toda a mão de obra necessária para o manejo das granjas e do incubatório era de responsabilidade dos produtores rurais, ora impetrantes, chegando a atingir 130 funcionários no pico.

Com o propósito de expandir os negócios e suportar a crise na economia brasileira a partir de 2014, foi adotada uma série de medidas que possibilitaram o grande crescimento na época, tendo como destaque a aquisição de novas unidades industriais e o investimento em tecnologias inovadoras visando atender com maior qualidade a demanda de clientes, bem como unificação da gestão.

Com tal filosofia, em 2014, os Impetrantes adquiriram participação em um frigorífico de abate de aves, especializado no abate de matrizes pesadas oriundas da atividade do pintinho de um dia, e das granjas próprias e de terceiros.

Em dezembro de 2015, às vésperas do início da atividade de abate, os Impetrantes adquiriram a totalidade da participação no Frigorífico denominado MP FOODS, tornando-se, então, seus únicos proprietários, vindo tal negócio se tornar, atualmente, a principal atividade do Grupo, representando aproximadamente 90% do faturamento deste.

Também no final de 2015, encerrou-se a parceria para prestação de serviços para a Perdigão, encerrando a participação dos produtores rurais de forma direta na produção de rações.

No início de 2017, por sua vez, os Impetrantes precisaram encerrar a atividade de pintinho de um dia, a qual era seu principal negócio, em razão da redução no consumo desta modalidade de frango no mercado. Os produtores rurais passaram, então, a desempenhar novas atividades.

Deste modo, migraram suas atividades para o reflorestamento de eucalipto e pinus, de grande importância para a região, sendo proprietários de aproximadamente 150 hectares de reflorestamentos.

Atuam também na produção de lenha para o abastecimento das caldeiras para fábricas de rações e frigoríficos.

Inobstante todos os investimentos realizados pelo Grupo e o crescimento obtido nos últimos anos, diversos fatores inerentes ao mercado interno e às graves crises econômicas que se sucederam no cenário internacional têm comprometido o desenvolvimento das atividades dos Impetrantes.

A atividade principal no início das atividades do Grupo Galla, que impactava diretamente os produtores impetrantes, consistia na produção de pintinhos de um dia, tendo como principais clientes grandes empresas como JBS, Aurora, BRF, Friaves, Cooperativa Lar, dentre outras. Como principais fornecedores, possuía a Coopercampos, Bunge, Turamix, Coob, Vibra etc., sendo que referido negócio era de extrema importância aos Requerentes, conforme demonstrado por meio do fluxo de trabalho.

Esta atividade foi encerrada pelo Grupo em fevereiro de 2017, em função da queda do consumo de frango pelo brasileiro, fruto da prolongada crise e recessão no país, que levou 14 milhões de brasileiros ao desemprego.

Com a queda do consumo, os clientes passaram a ter produção própria, suficiente para atender a demanda, eliminando, assim, a necessidade de compra do produto de terceiros. E essa foi uma das causas da crise atual que culminou neste pedido.

Em que pese a forte presença de mercado, fruto da atuação destacada e primando pela maior qualidade, por razões estranhas à vontade dos Impetrantes, o volume de receitas foi reduzindo, de forma que se viram impossibilitados de satisfazer os compromissos.

Indiretamente, é inevitável reconhecer que a recente crise financeira e recessão econômica repercutiram no desempenho das empresas, as quais não encontraram no mercado ambiente favorável a prática de preços compatível com os custos de produção.

O aumento dos insumos, do custo da mão de obra, do frete, entre outros teve como consequência o aumento do custo do produto vendido. No entanto, a empresa não

conseguiu repassar estes aumentos ao preço, em razão da desvalorização da moeda nacional e dos preços praticados pela concorrência.

Em paralelo a este contexto, foram realizados investimentos pesados visando o crescimento, que geraram a saída de recursos, mas que não necessariamente trouxeram os resultados esperados, por conta da crise.

Por tal motivo, os produtores se viram obrigados a fazer uma triste, mas necessária redução de seu quadro de colaboradores, que passaram de 130 para 39 nas atividades rurais, culminando na atual inexistência de funcionários registrados, trabalhando apenas com contratações temporárias e de serviços terceirizados.

Este cenário forçou os Impetrantes a recorrerem cada vez mais a empréstimos bancários, o que aumentou o endividamento e as despesas com captação de dinheiro.

O resultado desta realidade foi o estrangulamento financeiro dos produtores rurais, levando ao presente pedido.

Deve ser considerado, ainda, que o Brasil enfrenta baixíssimo crescimento econômico desde 2014, bem como houve uma retração na economia que atingiu todos os setores do país, tangenciado com a recessão.

Assim, os impetrantes encontram-se em episódica crise econômico-financeira, apesar dos mais diligentes esforços para vencê-la, tais como a busca de novos investidores e recursos no mercado financeiro para formação de capital de giro e cortes de custos.

Os requerentes buscaram todas as alternativas negociais para solucionar suas pendências, não obtendo êxito perante alguns credores.

Por derradeiro, a forte pressão de credores detentores de garantias hipotecárias e outros que buscam através da excussão do patrimônio dos Impetrantes a satisfação dos débitos, coloca em risco a atividade Rural, necessitando da proteção

do poder judiciário, através do presente procedimento, para poder encontrar uma solução conjunta com a coletividade de seus credores.

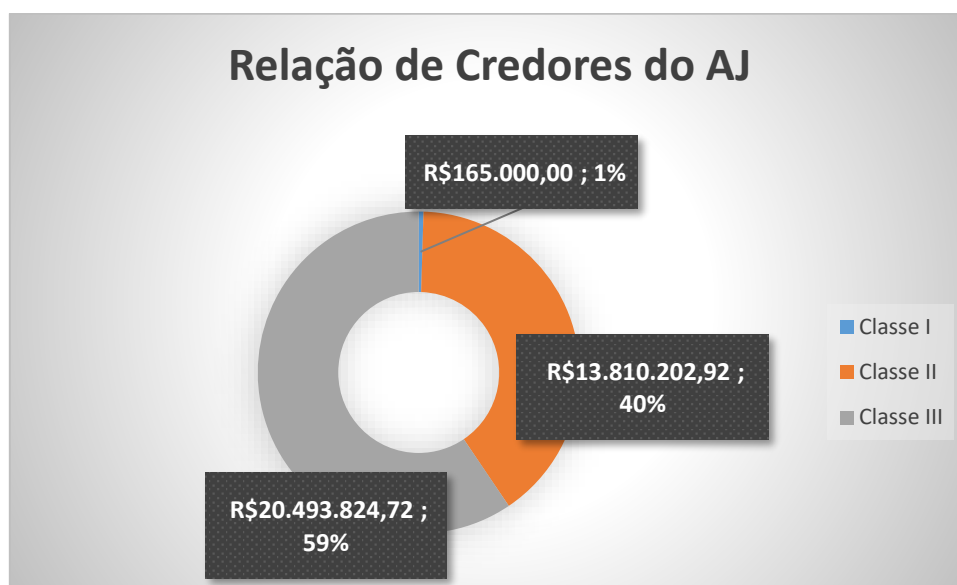
Apesar de todo o exposto, os Requerentes acreditam ser transitória a atual situação, visto já terem sido tomadas medidas administrativas e financeiras necessárias para equilíbrio de receita.

3. ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Adiante, será exposto o quadro de credores resumido, breves considerações sobre o plano de recuperação organizacional e administrativo que está sendo posto em prática.

3.1 Lista de Credores dos Impetrantes

Abaixo estão relacionados os créditos dos credores sujeitos à Recuperação Judicial, devidamente relacionados na relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial (Evento 162).



3.2 Plano de Reestruturação Operacional

Após o pedido de Recuperação Judicial, os produtores desenvolveram um plano de reestruturação financeiro-operacional visando equacionarem o seu passivo, com o intuito de permitir a lucratividade necessária para proceder à liquidação de seus débitos e a manutenção de sua viabilidade, a médio e longo prazo, o que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa, bem como do reestabelecimento do mercado e significativa melhora na economia nacional. As medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional estão fundamentadas nas seguintes decisões estratégicas:

3.2.1 Área Administrativa

- Programa de redução de gasto com pessoal, horas extras e redução de despesas fixas, evitando gastos desnecessários, desperdícios e ações sem planejamento;

- Reestruturação do organograma com implantação da figura do superintendente geral que responderá a administração;
- Redefinição dos fluxos de processos e redistribuição das tarefas administrativas;
- Criação de novas rotinas com relatórios, frequências e prazos pré-estabelecidos;
- Revisão dos relatórios de análises gerenciais utilizados nas tomadas de decisão;
- Avaliação de desempenho por competência e formação;
- Fortalecimento organizacional e da responsabilidade estratégica de tomada de decisão para alcançar metas e assegurar a aderência das ações aos planos;
- Formar as novas diretrizes de administração e dar suporte à área comercial através de análise SWOT (*strenghts*-forças, *weaknesses*-fraquezas, *opportunities*-oportunidades e *threats*-ameaças).
- Venda de ativos não alinhados com a operação da empresa.

3.2.2 *Área Financeira*

- Busca de novas linhas de créditos menos onerosas e mais adequadas;
- Renegociação de tarifas bancárias;
- Renegociação do passivo não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, de forma a equacionar o pagamento dos acordos conforme seu fluxo de caixa;
- Implantação de relatórios gerenciais para análise de resultados econômicos e financeiros;
- Elaboração do Plano Orçamentário Financeiro para os próximos anos;
- Reavaliação dos fluxos de processos internos nas áreas de contas a pagar, contas a receber, tesouraria;

3.2.3 *Área Comercial*

- Reformulação da política comercial em relação às margens/rentabilidade;
- Reestruturação de políticas comerciais procurando parcerias estratégicas;
- Redefinição do portfólio de produtos, agregando itens de maior rentabilidade e margem de lucro.

3.2.4 *Área Operacional*

- Revisão e eliminação de processos duplicados ou desnecessários;
- Investimentos em produtividade de fábrica e redução de custos.
- Redução do custo logístico.

4. MEIOS DE RECUPERAÇÃO

De forma a atender o artigo 53, I da Lei 11.101/2005 apresenta-se os meios a serem empregados para viabilizar a superação de crise econômico/financeira dos produtores, bem como a projeção de volumes operacionais e a projeção de resultado econômico/financeiro para o período de recuperação, que irão atestar a viabilidade da recuperação da empresa com a aplicação destes meios.

A seguir, apresentamos os meios contidos no artigo 50 da Lei 11.101/2005, que serão utilizados para viabilizar a superação de crise financeira dos produtores:

- (i) Os produtores buscarão a reestruturação de seu endividamento perante seus Credores Concursais, conforme detalhado no Item 5 do presente plano, bem como, dentro dos limites legais aplicáveis, também poderá buscar a renegociação de seu endividamento junto aos Credores Extraconcursais, oferecendo as mesmas condições ofertadas aos Credores Concursais, ressalvado, no entanto, que a renegociação com os Credores Extraconcursais somente será concretizada mediante acordos específicos com os referidos Credores Extraconcursais, conforme aplicável;
- (ii) Equalização de encargos financeiros relativos aos débitos sujeitos;
- (iii) Dação em pagamento de imóveis para liquidação das dívidas com credores detentores de garantia real, na forma do art. 50, IX da Lei 11.101/2005

Importante destacar que os meios de recuperação acima especificados **não são exaustivos**, podendo os produtores lançar mão de novas alternativas que venham a surgir durante o processamento da Recuperação Judicial.

5. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES

A premissa adotada para a elaboração desta proposta é que a mesma seja condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelas projeções econômico-financeiras de forma a viabilizar a superação da crise vivenciada atualmente pelos produtores.

As projeções de resultados e projeções de fluxo de caixa são demonstradas neste Plano, no Anexo I, que considera, além dos efeitos de todas as premissas operacionais e financeiras, os efeitos do plano de pagamentos aos credores.

Salvo conforme diferentemente previsto neste Plano, os prazos de pagamento de parcelas de crédito previstos neste Plano serão computados com base na Data Inicial (Data de Homologação do Plano de Recuperação Judicial Aprovado e Concessão da Recuperação Judicial).

5.1 Proposta de Pagamento para a Classe I – Credores Trabalhistas

Será dada prioridade ao pagamento dos credores trabalhistas, conforme artigo 54 da Lei 11.101/2005, onde estes receberão integralmente seus créditos até o décimo segundo mês após a Data Inicial.

Ressalta-se que havendo a inclusão de algum credor trabalhista ao longo da Recuperação Judicial, e sendo este sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, o montante projetado reservado ao pagamento da dívida será destinado prioritariamente para estes novos credores trabalhistas, sendo pagos sempre em até 12 (doze) meses após a inscrição da dívida no Processo de Recuperação Judicial, porém, limitados ao montante de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos.

5.2 Proposta de Pagamento ao Credor Detentor de Garantia Real - Classe II

Considerando existir apenas um credor devidamente habilitado na Classe II – Garantia Real e considerando o valor substancial do crédito, a proposta de pagamento ao credor consistirá no seguinte:

Com o objetivo de possibilitar mais uma alternativa para pagamento dos credores das recuperandas, propõem a criação de UPI(s) para venda da(s) unidade(s), nos seguintes termos:

A recuperanda propõe a criação de UPI(s) para venda dos bens a seguir relacionados:

- a) HIPOTECA CEDULAR DE 3º GRAU: Terreno Urbano situado no Município e Comarca de Içara/SC com a área de 8.571,45m², matriculado sob o nº 8.098, de propriedade de Carlos Henrique Machado e Samira Maria Thomé Machado.
- b) HIPOTECA CEDULAR DE 2º GRAU: Imóvel Rural denominado Granja Olho D'água, situado no Município de Jaguaruna-SC com a área de 68,913900 HA, registrada na matrícula nº 12.042, de propriedade de Carlos Henrique Machado e Samira Maria Thomé Machado.
- c) HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU: Terreno urbano, localizado no município de Orleans/SC, com área de 13.715,00m², registrado na matrícula nº 16.942, de propriedade de Carlos Henrique Machado e Samira Maria Thomé Machado.

1. A criação da UPI é o meio mais confiável, apto e capaz para que o Plano de Recuperação Judicial seja devidamente cumprido, sem que ocorra qualquer ressalva ou desistência por parte dos compradores.
2. Para tanto a Recuperanda criará as seguintes UPIs:
 - a. UPI Terrenos: Será composta pelos seguintes imóveis:
 - i. Imóvel Rural denominado Granja Olho D'água, situado no Município de Jaguaruna-SC com a área de 68,913900 HA, registrada na matrícula nº 12.042, de propriedade de Carlos Henrique Machado e Samira Maria Thomé Machado.
 - ii. Terreno urbano, localizado no município de Orleans/SC, com área de 13.715,00m², registrado na matrícula nº 16.942, de propriedade de Carlos Henrique Machado e Samira Maria Thomé Machado.
 - b. UPI Fábrica: Será composta pelo Terreno Urbano situado no Município e Comarca de Içara/SC com a área de 8.571,45m², matriculado sob o nº 8.098, de propriedade de Carlos Henrique Machado e Samira Maria Thomé Machado.
3. A(s) UPI(s) será(ão) ofertada(s), preferencialmente, por meio de leilão eletrônico, a ser realizado por meio de empresa homologada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, a ser indicada pela Recuperanda, ou por qualquer uma das formas prescritas e autorizadas no artigo 142 da Lei nº 11.101/2005, ficando cargo das recuperandas definirem o modo de alienação, o qual será comunicado aos credores com a concretização do edital de convocação para participação no certame.
4. Para fins de maximização e otimização do valor a ser auferido com o procedimento de alienação da(s) UPI(s), independente da modalidade utilizada para alienação dos bens, o procedimento somente poderá ser concretizado, com lance ou proposta inicial estipulada da seguinte forma para cada UPI:
 - a. UPI Terrenos: Deverá ser ofertada pelo valor mínimo de 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais);
 - b. UPI Fábrica: Deverá ser ofertada pelo valor mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

5. Caso não haja lance ou oferta equivalente ao valor das avaliações referidas no item 4 supra, a Recuperanda será obrigada a realizar uma segunda tentativa de alienação dos bens, obedecendo-se os limites mínimos estabelecidos.
6. Com a finalidade de se permitir a transferência livre e desembaraçada de quaisquer ônus que estejam repercutindo sobre os bens que constituem as unidades produtivas isoladas, não haverá a sucessão de eventuais dívidas de natureza cível, trabalhista e tributária, para o seu eventual comprador, conforme dispõem os artigos 60, 141 e 142 da Lei nº 11.101/2005.
7. Para dotar referido procedimento de confiabilidade e transparência, as recuperandas estabelecem, desde já, que o procedimento de alienação da unidade produtiva isolada UPI(s), deverá, obrigatoriamente observar o seguinte cronograma:
 - a. No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial das recuperandas, estas, deverão envidar todos os esforços para fazer publicar o edital de convocação para realização da alienação das UPI's, que ocorrerá, obrigatoriamente, por uma das formas prescritas no artigo 142 da Lei nº 11.101/2005, sendo preferencialmente o leilão, porém, estando as recuperandas autorizadas a eleger modo diverso de alienação, desde que previsto na lei 11.101/2005;
 - b. Todos os custos para a realização de leilão ou afins serão suportados integralmente pelas recuperandas e não poderão ser subtraídos do produto da venda dos imóveis.
 - c. As recuperandas se obrigam a promover, no mínimo, 02 (duas) tentativas de alienação destes ativos no prazo de 6 (seis) meses.
 - d. Decorridas as tentativas de alienação previstas supra e estas resultarem infrutíferas, as recuperandas se obrigam a convocar assembleia geral de credores, tendo como ordem do dia, deliberação sobre a possibilidade ou não de vender os imóveis sob outra modalidade de venda e quais valores mínimos serão tolerados pelos credores sujeitos à recuperação.
8. Os valores obtidos com a venda da(s) unidade(s) deverão ser utilizados prioritariamente para quitação de credores que detenham qualquer bem havido na UPI(s), em garantia. A concretização da venda e liberação de eventuais

gravames/ônus ocorrerão somente após a satisfação dos créditos que detenham as garantias.

9. Caso haja oferta de compra da UPI(s) por valor que superior ou igual ao das avaliações previstas no item 5, as recuperandas estão autorizadas à promoção da alienação por iniciativa particular, observando as prerrogativas previstas nos itens 6 e 8 supra. A alienação particular poderá ocorrer antes da realização do leilão, desde que a proposta seja devidamente apresentada nos autos e conte com a anuência do credor hipotecário e atenda aos valores determinados no item 4 supra.
10. O produto da venda, em qualquer das modalidades previstas, deverá ser depositado integralmente em conta corrente vinculada aos autos do processo de recuperação judicial.
11. Caso a alienação dos imóveis seja frutífera, o produto da venda será utilizado para o adimplemento das obrigações dos credores da forma a seguir estabelecida:
 - a. Em razão da efetiva cooperação do credor hipotecário Banco Santander (Brasil) S.A. com o processo de recuperação judicial, único credor hipotecário das recuperandas, titular de garantia real sobre os imóveis – objeto da alienação – caso o valor da alienação dos imóveis seja igual ou superior a R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), receberá o valor integralmente à vista.

5.3 Credores Quirografários Classe III e IV – Créditos Enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A proposta comum para pagamento de todos os credores das Classes III e IV, é dividida entre 2 (duas) opções, as quais consideram as condições de Recuperação previstas neste Plano, bem como as projeções de negócios futuros.

Proposta A

A proposta A de pagamento aos credores, consiste no seguinte:

- a. Pagamento de 80% (oitenta por cento) do valor do crédito devidamente habilitado;
- b. Prazo de pagamento de 07 (sete) anos contados da data de homologação do plano de Recuperação Judicial.
- c. Plano de amortização:

- i. As amortizações serão iniciadas após um período de 12 (doze) meses após a Data Inicial.
- ii. As amortizações serão realizadas em 6 (seis) pagamentos anuais, após 12 (doze) meses da data do trânsito em julgado da decisão de homologação do plano de Recuperação Judicial, a serem pagas sempre no mês de novembro de cada ano previsto para pagamento.

Proposta B

A proposta B de pagamento aos credores, consiste no seguinte:

- d. Pagamento de 100% (cem por cento) do valor do crédito devidamente habilitado;
- e. Forma de pagamento: O pagamento do crédito, considerando a inexistência de quaisquer descontos, estará totalmente vinculado aos faturamentos obtidos a cada safra, sendo destinado 80% (oitenta por cento) do resultado líquido de cada Safra para o pagamento dos credores, que receberão seus créditos de forma proporcional ao valor do crédito a cada pagamento.
- f. Os Recuperandos apresentarão, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da alienação de cada Safra, a devida prestação de contas para apreciação dos credores.
- g. Os pagamentos terão início após as Safras a serem comercializadas no ano de 2024.

Aprovado o Plano de Recuperação Judicial, os credores deverão optar por uma das propostas acima apresentadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização da Assembleia Geral de Credores, sob pena de, não o fazendo, entender-se pela aceitação da proposta B de pagamento.

Qualquer alteração da lista de credores que deu base a esta proposta de pagamentos, acarretará somente na alteração do prazo de pagamento previsto, visto que, em nenhuma hipótese haverá alterações nos valores das parcelas propostas neste item.

5.4 Juros e Atualização Monetária

Os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, inclusive os trabalhistas, serão atualizados e remunerados pela TR - Taxa Referencial, criada pela Lei nº 8.177/91, de

01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescidos de juros de 6% (seis por cento) ao ano e, que começarão a incidir a partir da Data Inicial.

Os pagamentos de juros e atualização monetária ocorrerão juntamente com os pagamentos do principal e serão calculados aplicando os índices propostos sobre o valor de cada parcela. Os juros serão calculados mensalmente e incidirão sobre a parcela corrigida. Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a valer os novos índices que vierem a substituí-los.

5.5 Credores Não Sujeitos

Este Plano não contempla proposta específica para os credores que não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial, pois eles serão negociados individualmente de acordo com a particularidade de cada crédito, porém no fluxo de caixa projetado, já estão provisionadas verbas para os pagamentos destes.

6. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA PROPOSTA DE PAGAMENTO

As projeções apresentadas, bom como o laudo de avaliação do ativo, demonstram que os produtores tem plena condição de liquidar suas dívidas constantes no Plano de Recuperação Judicial proposto, honrar com os compromissos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, manter a atividade operacional durante o período de recuperação e após o mesmo, para se manter competitiva perante o mercado e reverter de maneira significativa a atual situação em que se encontra, tendo em vista os seguintes pontos:

- O faturamento a ser obtido em cada safra, a possibilidade de desenvolvimento de projetos imobiliários nos imóveis e a alienação estratégica de ativos durante esse período é plenamente suficiente para a liquidação das dívidas, bem como para a manutenção das atividades operacionais, com o pagamento pontual dos novos compromissos a serem assumidos e dos créditos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, incluindo-se o passivo fiscal;
- As ações de melhoria apresentadas neste Plano, das quais parte já está sendo implantada, e o comprometimento de todo o quadro de funcionários, colaboradores estratégicos, prestadores de serviços e diretoria, são fatores altamente positivos e que tendem a garantir o cumprimento integral do Plano apresentado.

7. FORMA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES

Os pagamentos serão realizados diretamente nas contas bancárias dos credores e o simples recibo de transferência servirá como forma de comprovação do pagamento ao credor.

Desta forma, para recebimento das parcelas previstas no Item 5 deste plano, todos os credores deverão enviar correspondência eletrônica aos cuidados do Departamento Financeiro, no seguinte endereço eletrônico: **rj.cmachado@gmail.com**.

Cada e-mail deve ser enviado com o assunto *RECUPERAÇÃO JUDICIAL – HABILITAÇÃO PARA PAGAMENTO + NOME DO CREDOR*, com os dados completos para depósito (nome e número do banco, número da agência e conta corrente, nome completo ou razão social e CPF ou CNPJ) com mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data do primeiro pagamento.

A conta bancária para pagamento deverá obrigatoriamente ser de titularidade do credor, caso contrário deverá obter autorização judicial para pagamento em conta de terceiros. Da mesma forma, caso o credor altere sua conta durante o cumprimento do Plano, deve enviar novo e-mail com aviso de recebimento à sede dos produtores, indicando os novos dados e respeitando os prazos estipulados.

Caso o credor não envie e-mail com os dados para o depósito, os valores devidos a este determinado credor permanecerão no caixa da empresa a disponibilidade desta, até que estes façam tal procedimento, ocorrendo o pagamento sempre 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento deste, sem ônus adicionais, como multa, correção monetária e juros. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento do Plano.

8. CRÉDITOS CONTINGENTES – IMPUGNAÇÕES DE CRÉDITO E ACORDOS

Os créditos listados na relação de credores poderão ser modificados, e novos créditos poderão ser incluídos no Quadro Geral de Credores, em razão do julgamento dos incidentes de habilitação, divergências, ou impugnação de créditos ou acordos.

Se novos créditos forem incluídos no Quadro Geral de Credores, conforme previsto acima, estes credores receberão seus pagamentos nas mesmas condições e formas estabelecidas neste Plano, de acordo com a classificação que lhes foi atribuída, **sem direito aos rateios de pagamentos eventualmente já realizados.**

9. EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As disposições do Plano vinculam a todos os agentes envolvidos nesta Recuperação Judicial, incluindo os respectivos cessionários e sucessores, a partir da Homologação Judicial do Plano.

9.1 Novação da Dívida

O Plano acarretará a novação dos Créditos Concurais e dos Créditos Extraconcurais detidos por Credores Extraconcurais que tenham expressamente aderido ao presente Plano, que serão liquidados na forma estabelecida neste Plano. Mediante referida novação, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano deixarão de ser aplicáveis

9.2 Da Quitação

Exceto na hipótese de resolução do Plano, os pagamentos previstos no Item 5 deste Plano implicarão a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos de qualquer tipo e natureza contra os produtores, seu sócio e garantidores, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado integralmente todos e quaisquer Créditos, e não mais poderão reclamá-los, contra os produtores, seu sócio e garantidores, fiadores, avalistas, garantidores, sucessores e cessionários.

9.3 Da Baixa de Penhoras e Restrições sobre Bens e Direitos dos Recuperandos

O Plano acarretará a obrigatoriedade da baixa de penhoras existentes sobre bens e direitos dos Recuperandos em razão da novação da dívida aqui operada, inclusive em relação àqueles dados em pagamento aos credores com garantia real.

Igualmente, obrigam-se todos os credores, ainda que dissidentes, a não proceder com o requerimento de novas constrições em face do patrimônio dos Recuperandos, incorrendo, se assim o fizerem, ao pagamento de indenizações a título de perdas e danos.

10. PUBLICIDADE DOS PROTESTOS

Uma vez aprovado o Plano de Recuperação Judicial, com a novação de todos os créditos sujeitos ao mesmo, pela decisão que conceder a Recuperação Judicial, todos os credores

concordarão com suspensão da publicidade dos protestos efetuados, enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido, nos termos aprovados, ordem esta que poderá ser proferida pelo Juízo da Recuperação a pedido dos produtores desde a data da concessão da Recuperação.

Após o pagamento integral dos créditos nos termos e formas estabelecidas neste Plano, os respectivos valores serão considerados integralmente quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação em favor dos produtores, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

11. POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Qualquer alteração no cenário econômico-financeiro e/ou mercadológico, que tenham impacto imediato nas atividades dos produtores e que possam interferir diretamente na forma de pagamento proposta neste plano, permitirá à Recuperanda a apresentação de aditamentos, alterações ou modificações ao Plano a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidas à votação na Assembleia de Credores e que seja atingido o quórum requerido pelos artigos 45 e 58, caput e §1º, da Lei de Falências.

Os aditamentos, alterações ou modificações ao Plano vincularão Recuperanda e seus Credores, inclusive os Credores Extraconcursais que a ele aderirem e os Credores ausentes e/ou dissidentes, e seus respectivos cessionários e sucessores, a partir de sua aprovação pela Assembleia de Credores na forma dos artigos 45 ou 58 da Lei de Falências.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei nº.

11.101, de 09 de fevereiro de 2005 - “Lei de Recuperação de Empresas”), garantindo os meios necessários para a recuperação econômico-financeira dos produtores.

Neste sentido, foram apresentados diferentes meios para a Recuperação Judicial no Plano de Recuperação, objeto deste documento. Saliente-se que o Plano de Recuperação apresentado, demonstra a viabilidade econômico-financeira da empresa, desde que as condições propostas para o pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar, que um dos expedientes recuperatórios ao teor do artigo 50 da referida Lei de Recuperação de Empresas é a “reorganização administrativa”, medida que foi iniciada e encontra-se em implantação.

Os produtores, desde sua fundação, vêm lutando pela sua consolidação e crescimento num mercado altamente competitivo, onde sempre desfrutou de um sólido conceito, atuando com respeito e honestidade com seus parceiros de negócios, obtendo o reconhecimento e a credibilidade de seus fornecedores e clientes. Também sempre buscou diferenciar-se de seus concorrentes oferecendo produtos de alto nível de forma a garantir a satisfação de seus clientes. Assim, num mercado fluente, dinâmico e muito difícil, a empresa vem conseguindo manter uma preciosa relação de fidelidade com importantes clientes e fornecedores, que hoje entendemos constituir um de seus maiores patrimônios. Destaca-se também a relação com colaboradores e concorrentes, onde a lealdade e lisura de propósitos e atos colocam-na em posição de destaque, e reafirmam o bom conceito e o respeito de que gozam no meio em que atuam.

Portanto, as projeções para os próximos anos, aliadas ao *know-how* e ao conjunto de medidas ora proposto neste Plano de Recuperação, demonstram a efetiva viabilidade da continuação dos negócios, com a manutenção e ampliação da geração de novos empregos e com o pagamento dos débitos vencidos e vincendos.

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos, vigentes e eficazes.

Ademais, na hipótese de haver conflito entre Cláusulas, a Cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposição genérica.

Ainda, na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição do Plano e as disposições que estabeleçam obrigações para os produtores que constem de contratos celebrados com Credores Sujeitos ao Plano antes da Data do Pedido, o disposto no Plano prevalecerá.

Jaguaruna/SC, 23 de março de 2023.



CARLOS HENRIQUE MACHADO



ADRIANO THOMÉ MACHADO



MARCEL HENRIQUE THOMÉ MACHADO



SAMIRA MARIA THOMÉ MACHADO